



Classe importa? Reflexões sobre o conceito de classe social para pensar a recepção da mídia¹

Laura Hastenpflug WOTTRICH²
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

RESUMO

Com este trabalho, propõe-se refletir sobre a relevância do conceito de classe social para entender a forma como os indivíduos relacionam-se com a mídia. Através da perspectiva dos estudos de recepção, inicialmente realiza-se uma breve retomada sobre a escola dos estudos culturais britânicos e latino-americanos. Após, articula-se algumas teorizações contemporâneas sobre o conceito de classe social, relacionando-as ao campo da comunicação e às pesquisas de recepção. Por fim, são apresentados os resultados de um estudo de recepção em andamento, com o objetivo de problematizar o uso da classe social como uma mediação para o entendimento das apropriações que os receptores fazem da mídia.

PALAVRAS-CHAVE: classe social, estudos culturais, identidades culturais, estudos de recepção.

Introdução

[...] independente do marxismo ser ou não capaz de lidar com as atuais condições dos grupos sociais ou o fato de que a classe ou o mundo do trabalho tenham se tornado fontes menos importantes de identidade social, não invalidam as fortes evidências de que classe ainda influencia na distribuição das chances, experiências e recompensas na vida das sociedades avançadas e periféricas. [...] A pergunta que fazemos – para tentar questionar as ligações da mídia com essa pergunta – *é como classe deixou de ser uma fonte importante de identidade social se ela ainda importa tanto? Talvez porque ela importa é que necessite ser absolutamente negada pelo discurso da mídia?*
(RONSINI e SILVA, 2008, p.58, grifo da autora)

Com este trabalho, buscamos refletir sobre um conceito que consideramos importante para compreender as formas como os produtos midiáticos são lidos,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Publicitária, mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM. Bolsista CAPES. email: lwottrich@gmail.com



apropriados pelos indivíduos em seu cotidiano: o de classe social. Como nos fala Ronsini (2010, p.2) a partir das reflexões de Murdock e Golding (1997); Curran (2006) e Murdock (2009), a insistência do trato das classes sociais em relação ao processo de comunicação afina-se aos preceitos da sociologia da comunicação de massa, para a qual “[...] o estudo da mídia é também o estudo da reprodução cultural e social, inscrevendo-se, portanto no debate acerca da divisão de classes, que desvela o princípio estrutural de todos os aspectos da vida no capitalismo”. Buscamos aqui trazer considerações teóricas que confirmam essa percepção, articulando-as aos resultados de um estudo de recepção em andamento, sobre a recepção da telenovela por mulheres idosas de classe popular.

Em um primeiro momento, dedicamos algumas linhas para apresentar o campo teórico no qual nos situamos – dos estudos culturais e de recepção, no sentido de pontuar como a classe social é percebida através dos mesmos. Em seguida, tecemos algumas considerações teóricas sobre a noção de classe social, articulando-a com o campo da comunicação. Por fim, apresentamos nosso estudo, com relevo nos resultados que problematizam a importância de se pensar a classe como mediação para o entendimento da recepção da telenovela.

Estudos culturais, recepção e mediações

Os estudos culturais constituem um campo de pesquisa, uma tradição teórica que lança um olhar sobre as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, suas formas, instituições e práticas culturais e suas relações com as transformações sociais. É marcado por uma abordagem interdisciplinar, que visa superar a “divisão acadêmica convencional do trabalho por meio da superação da especialização que divide o campo de estudo da mídia, da cultura e das comunicações” (KELLNER, 2001, p. 18).

O surgimento institucional dessa perspectiva de investigação é normalmente datado de 1964, a partir da fundação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) na Universidade de Birmingham, Inglaterra. A gestação das teorizações advinha de 1950, com a publicação de “As utilizações da Cultura” por Richard Hoggart e de “Cultura e Sociedade”, por Raymond Williams. Com as lentes atravessadas pelos estudos de tradição frankfurtiana, assim como de uma perspectiva funcionalista norte-americana, os estudos culturais recusam uma noção das audiências enquanto passivas e homogêneas, como também a ideia de que os textos midiáticos carregam um sentido transparente.



Os estudiosos rejeitam um modelo de comunicação matemático, linear, baseado no estímulo-resposta. Para eles, a questão central situava-se não só na significação, mas nas relações de poder. Margeadas pela problematização da Indústria Cultural, as teorizações debruçaram-se inicialmente a compreender os textos, a forma como os mesmos reproduziam a ideologia dominante.

Durante um longo tempo os estudos culturais preocuparam-se em compreender a estrutura ideológica e funcionamento dos meios como o lugar da comunicação. É o caso dos estudos literários e de efeitos, por exemplo. Na recepção, o enfoque está no receptor, naquele que recebe e ressignifica as mensagens no processo de comunicação. Aqui, os estudos culturais e pesquisa de recepção somam-se:

os Estudos Culturais permitem uma problematização mais elaborada da recepção, em que as características socioculturais dos usuários são integradas na análise não mais de uma difusão, mas, sim, de uma circulação de mensagens no seio de uma dinâmica cultural. (LOPES, BORELLI E RESENDE, 2002, p. 29)

A recepção, ao privilegiar as conexões entre comunicação e cultura, atua no deslocamento teórico da análise da estrutura ideológica de programas de comunicação – a análise dos meios - em direção aos processos multifacetados de consumo e de codificação nos quais as audiências estão envolvidas. Especificamente na América Latina, a partir dos anos 80, os estudos conformam uma visão mais cultural dos meios de comunicação e, de forma simultânea, adotam o conceito de hegemonia introduzido por Gramsci. Os estudos de recepção latino-americanos despontam com as problematizações de Jesús Martín-Barbero, Guillermo Orozco Gómez e Néstor Garcia Canclini.

O primeiro autor, em sua obra seminal “Dos Meios às Mediações”, face à realidade latino-americana, propõe recolocar os problemas de comunicação em outro campo, o dos processos socioculturais. Para isso, apresenta o conceito de mediações, o entorno através do qual as apropriações realizadas pelos receptores tomam forma. As mediações podem ser entendidas como

[...] um conjunto de elementos que intervêm na estruturação, organização e reorganização da percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade. As mediações produzem e reproduzem os significados sociais, sendo o “espaço” que possibilita compreender as interações entre a produção e a recepção. (JACKS, 1999, p. 48-9)



A proposta de Martín-Barbero está em deslocar a análise da comunicação para os lugares nos quais os sentidos são produzidos, ou seja, para o âmbito dos usos sociais. Trata-se de pensar não “o que os meios fazem com as pessoas”, mas sim “o que as pessoas fazem com os meios”.

Martín-Barbero, em sua trajetória acadêmica, vem apresentando diversos modos de se pensar as mediações³. Não nos deteremos aqui à problematização específica sobre algum deles, pois demandaria reflexões que ultrapassam as pretensões deste artigo. Na articulação das mediações e da classe social, o autor pontua que essa dimensão – a diferença de classe, por mais que seja mediada por outras distinções advindas da etnia, da idade e do gênero, não pode ser pensada como uma diferença a mais, mas sim “[...] aquela que articula as demais a partir de seu interior e se expressa por meio do *habitus*, capaz de entrelaçar os modos de possuir, de estar junto e os estilos de vida” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.14).

Adotamos a perspectiva dos estudos de recepção que consideram a classe como o lugar básico de produção e reprodução *da distinção social* e, desse modo, da diversidade de sentidos (LOPES, BORELLI E RESENDE, 2002). Em estudos de recepção realizados na contemporaneidade, destacamos o trabalho de David Morley em “*The Nationwide Audience*”, revisto por Sujeong Kim a partir de novas análises estatística dos mesmos dados. A pesquisa de Morley - antes considerada como referência para a relativização da importância de classe social nas práticas de decodificação dos receptores - foi reinterpretada por Kim, que restaurou seus resultados. Tornou-se evidente, em sua análise, a relevância da clivagem de classe no processo interpretativo.

Classe social: as nuances do conceito

Pensar as classes sociais é manejar um conceito pesado, de tradição teórica extensa e múltiplas abordagens. Passeron (2005) reflete sobre as dificuldades e peculiaridades no trato da noção de classes na pesquisa sociológica. A classe social, assim como outros conceitos tão abrangentes quanto necessários para a explicação dos fenômenos sociais, como “interesse”, “dominação” e “conflito”, são realidades teóricas, “lugares sociológicos” permeados por diversas tradições de pesquisa. O vigor, a

³ Para uma retomada dos conceitos de mediação no autor, ver Ronsini (2010) e Wottrich, Córdova e Ronsini (2009).



potencialidade explicativa desses conceitos não está em uma “boa definição” teórica, cuja problematização levaria apenas a um aperfeiçoamento gramatical de definições. A análise das classes sociais adquire relevância em sua articulação com a pesquisa empírica, em categorizações, análise e discussão dos dados.

No Brasil, o trato acadêmico das classes sociais é tradicionalmente datado de 1940, com a emergência de pesquisas na área da antropologia e da sociologia, as quais, respectivamente, visavam compreender a classe de forma descritiva, através do estudo dos estratos sociais ou os que se valiam dela como conceito explicativo dos fenômenos sociais. A ideia de que a estrutura social e sua reprodução dependem da ação das classes, tributária da tradição sociológica de autores como Florestan Fernandes e Luis de Aguiar Costa Pinto, ganha força na década de 1960 (GUIMARÃES, 2002).

Aqui a influência do pensamento marxista é definitiva como meio de problematizar os embates entre o empresariado industrial, o operariado nascente e as remanescentes oligarquias agrárias. A análise da dependência, os estudos sobre o patrimonialismo, clientelismo e populismo, além daqueles focados em compreender a formação das classes no Brasil ocupam a cena acadêmica. Se nesta década as teorizações gozam de um prestígio considerável, em 1970 são percebidos os primeiros sinais de esgotamento, principalmente devido à derrota das forças populares de esquerda em 1964 e 1968.

A partir de 1980 que a transformação do conceito de classe evidencia-se, principalmente com a incorporação das classes populares como objeto de estudo e da inserção de categorias do cotidiano e das vivências dos agentes como análise. Imaginário e experiência tornam-se o foco de estudos na busca da compreensão dos dominados como “criadores de seus próprios mundos” (GUIMARÃES, 2002, p.25). Mais do que as organizações políticas, as práticas coletivas são evidenciadas. Essa busca pela integração da esfera cotidiana – valores e identidades – ao mundo da produção remete à valorização da agência humana enquanto cúmplice e transformadora da posição dos indivíduos.

Na década de 1980, tem-se um contexto de estudos bem mais amplo, marcado pela diversidade de abordagens e objetos. O cenário político de organização sindical e emergência de partidos comprometidos com a visão dos trabalhadores geram debates sobre as relações entre movimentos populares e as classes. A ênfase em pensar o popular inserido no espectro das classes sociais, na sua capacidade de reivindicação e ação política, levou pesquisadores a questionar se a atuação dos atores sociais de carne e



osso, a esfera do cotidiano não seria relevante para pensar o modo como as classes sociais se constroem. Há aqui a tentativa de articular os estudos das condições e processos de trabalho ao contexto de vivências de classe, como grupos identitários de status ou como coletivos políticos (Ibidem, p.27). O estudo dos condicionantes subjetivos de classe e da cultura operária são fomentados por autores como Raymond Williams e Edward Thompson, fundadores da escola dos estudos culturais britânicos.

Guimarães (2002) pontua que as teorizações sobre classe perdem paulatinamente sua força explicativa, muito devido às transformações no capitalismo que não foram previstas pela teoria marxista clássica. A emergência das classes médias, as constantes reinvenções do sistema (que não se deteriorou a partir de suas contradições como previra Marx), a conformação do capitalismo financeiro, entre outros fatores foram decisivos para um certo esvaziamento e descrédito das pesquisas. Nesse contexto, teorizações sobre as etnias, relações de gênero e de credo religioso adquirem o status de superar um certo “determinismo de classe”, tendo o mérito de explicar de forma mais ampla e “menos reducionista” os processos sociais.

O esmaecimento dos estudos que consideram a classe social enquanto conceito-chave tem sido questionado por alguns autores contemporâneos, que mostram a impossibilidade de descartá-lo para compreender os fenômenos sociais e o contexto brasileiro extremamente desigual (SOUZA, 2006; MILIBAND, 1990; GUIMARÃES, 2002; SANTOS, 2002; MURDOCK, 2009; RONSINI, 2007, 2010). De fato, a associação da análise de classes a uma espécie de “marxismo mecanicista e redutor” (SOUZA, 2006, p.72) permanece, o que a faz ser relegada a um segundo plano nas teorizações. Como nos fala o autor, parece que ao amesquinhar desse modo a dinâmica do pertencimento às classes sociais, quaisquer outras determinações não-econômicas (culturais, simbólicas) passam a ser vistas como “não-classistas”. O que Souza propõe, baseado nas reflexões de Bourdieu, é uma análise sociocultural de classe, que dê conta

[...] de fatores “extra-econômicos”, existenciais, morais e políticos, subliminares e subscientes que constroem e permitem um padrão de desigualdade que é o único possível no contexto de igualdade formal e de democracia aberta típicos da moderna sociedade capitalista: um padrão que pressupõe opacidade e intransparência ao esconder a fonte social e portanto “construída” da desigualdade (SOUZA, 2006, p.74).

Para o autor, a importância de se pensar a classe é visível justamente através de sua invisibilidade. O preconceito e a desigualdade de classe são produzidos e



reproduzidos de forma naturalizada; ela é justificada conscientemente como se a posição desigual fosse fruto do mérito e, portanto, do esforço e das qualidades individuais. A ideologia espontânea do capitalismo contemporâneo, que opera através de “estruturas pré-reflexivas e opacas à consciência cotidiana” (Ibid, p.77), baseia-se nos valores da disciplina, liberdade, autonomia e da auto-responsabilidade. Trata-se de uma ética do desempenho bastante adequada ao trabalho produtivo, que divide os classificados dos “desclassificados”, aqueles que merecem reconhecimento social e respeito dos demais, para o qual essa valoração é negada. Aos desclassificados, Souza problematiza a formulação de um habitus precário, um tipo de personalidade impróprio às exigências do mercado capitalista:

O não-reconhecimento objetivo como produtor útil condiciona [...] o não-reconhecimento público, por exemplo na dimensão política, assim como o não-reconhecimento na esfera privada e existencial. A ausência dessa autoestima individual objetivamente produzida, muitas vezes “compensada” e, portanto paradigmaticamente ilustrada por um comportamento reativo e primitivamente narcísico, reflete, precisamente, o drama existencial de quem tem que viver a vida com um sinal negativo em todas as interações sociais (2006. p.81).

Vemos, a partir dessas considerações, o quão complexo e multifacetado é o trato com o conceito de classes, que não se reduz à posição estruturalmente dada ou a um indicador empírico. A análise de classes “[...] Pode oferecer uma explicação racional e coerente da dinâmica geral da vida social. Proporciona ademais um critério fundamental e essencial para avaliar a função que os indivíduos, as instituições e os construtos ideológicos de todo tipo desempenham nas relações entre as classes e na luta de classes” (MILIBAND, 1990, p.434). O autor também considera relevante problematizar que os indivíduos, instituições e construções ideológicas não são afetados passivamente pelo contexto social, também o afetam com maior ou menor intensidade.

Nos estudos de comunicação, percebemos o mesmo movimento teórico de desconsideração da classe como princípio explicativo dos fenômenos sociais. Murdock (2009) argumenta que o que bloqueia contemporaneamente um melhor entendimento da sociedade é a recusa em reconhecer a importância da classe como princípio estrutural de cada aspecto da vida no capitalismo recente. Para o autor, uma abordagem que possa se considerar crítica precisa recuperar os mecanismos ocultos que reproduzem a desigualdade de classe.

A virada cultural (HALL, 1997) dos estudos nas ciências sociais e humanas retirou de maneira progressiva a análise das classes sociais dos roteiros de pesquisa. A



cultura é celebrada em sua autonomia, como independente e até mesmo oposta às relações de classe. O que Murdock argumenta é o esquecimento de que a produção cultural é inextrincavelmente ligada à dinâmica do capitalismo e à economia de mercado. Sem essa percepção,

Os públicos ativos e consumidores nômades festejados na nova onda de estudos da cultura e mídia pareciam cada vez mais com os indivíduos autônomos do capitalismo de Adam Smith, alcançando a autorealização através de escolhas de mercado. Esta confortável história de satisfação e escolhas pessoais poderia ser sustentada não apenas esquecendo convenientemente as explorações envolvidas na produção de conveniência e ignorando as profundas desigualdades estruturais que o sistema reproduzia (MURDOCK, 2009, p.45)

Esse esquecimento dá-se também nas teorizações sobre as identidades, consideradas em sua fluidez e pluralidade e marcadas pelas posições de gênero, religião, entre outros fatores. Miliband (1990) comenta sobre as críticas sobre a análise de classes, consideradas por alguns estudiosos como incapaz de explicar fenômenos como o sexismo, o racismo e os nacionalismos. Os mais severos consideram o foco nas classes sociais como um obstáculo que impede a percepção de outros fatores igualmente, se não mais importantes para o entendimento da vida social.

O autor contrapõe esses argumentos pela perspectiva de, por mais que sejamos mulheres, homens, negros, indígenas, ainda sim estamos situados em determinado ponto da estrutura social, ainda somos membros de uma determinada classe. O “ser social” é constituído de forma complexa e multideterminada por diversas identidades, contudo a classe é um componente decisivo para sua conformação, aquela que envolve e influi em todas as demais. Não se trata de um reducionismo em sentido teórico, visto que tenta ver de forma complexa e intrincada as interações entre classe e demais conformadores das identidades. O que é preciso relevar é que, de fato, qualquer análise que se proponha a observar o “ser social” será de certa forma reducionista, visto que necessariamente precisará debruçar-se sobre algum aspecto para que possa contribuir teórica e empiricamente.

Murdock (2009), nesse sentido, oferece um ponto de vista do qual partilhamos. Para ele, não é necessário objetar a classe às demais diferenças (de gênero, étnicas), mas sim explorar como essas diferenças são classificadas e de que modo, ao mesmo tempo, são cruzadas com a organização da experiência de classe. Trata-se de pensar, por



exemplo, que “A classe é sempre genderificada, o gênero é sempre igualmente classificado” (MURDOCK, 2009, p.50). A potencialidade da análise situa-se na relação.

A partir dessas considerações, Ronsini (2007), Ronsini e Silva (2008) pontuam que nos estudos de recepção a classe deve ser manejada para além de um indicador empírico, percebendo que a produção de sentido é relacionada a questões de poder que não se encerram no cotidiano e na subjetividade dos receptores. Para isso, observa-se a classe como um princípio organizador perceptível através das posições objetivas na estrutura social, que engendram determinados interesses e modalidades de ação (sejam essas ações coletivas ou políticas, sejam práticas culturais e sociais).

A recepção da telenovela e a mediação de classe

Relatamos agora os resultados parciais do estudo de recepção em andamento⁴. Pesquisamos as relações entre as representações da velhice veiculadas na telenovela *Passione*⁵ e suas apropriações por mulheres de classe popular na faixa dos 60 aos 75 anos a partir das mediações de classe social, gênero e família. Tomamos a classe como uma mediação (em sua concepção barberiana) para entender as apropriações que mulheres idosas de classe popular realizam das representações da velhice veiculadas pela telenovela. As mediações da família e de gênero também foram abordadas, situadas em relação à classe social.

O estudo se dá com quatro receptoras⁶: Vânia, 63 anos, serviços gerais aposentada e viúva; Tarsila, 69 anos, serviços gerais aposentada, casada; Carmen, 63 anos, divorciada, empregada doméstica aposentada e Dani; 63 anos, viúva e cuidadora de idosos. A classificação em relação às classes sociais das entrevistadas teve como referência o estudo dos grupos ocupacionais realizado por Quadros e Antunes (2001). Os autores entendem a classe alta como a burguesia proprietária, rural ou urbana. A classe popular constitui-se por frações da classe trabalhadora que vendem sua força de trabalho em troca de salário. A posição de classe é dada através do membro mais bem situado na família.

⁴ Estudo realizado sob orientação da Prof. Dra. Veneza Veloso M. Ronsini no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM.

⁵ Veiculada no horário nobre da Rede Globo desde 17 de maio de 2010, a trama é de autoria de Silvio de Abreu com colaboração de Vinicius Vianna, Sergio Marques e Daniel Ortiz e direção de Carlos Araújo, Luiz Henrique Rios, Natalia Grimberg, Allan Fiterman e André Câmara.

⁶ Seus nomes foram trocados por outros escolhidos por elas no decorrer das entrevistas



Até o momento atual de pesquisa, nossos métodos foram a observação indireta, entrevistas exploratórias, entrevistas semi-abertas/fechadas (DUARTE, 2009) sobre percepções da velhice, consumo cultural, trajetória familiar e percepções sobre a novela e observação direta, acompanhados pelos registros e anotações no diário de campo. Entendemos que esses métodos no estudo junto às receptoras converjam para o esforço em realizar uma etnografia crítica da recepção, definida pelo

[...] conhecimento construído a partir da descrição do contexto espacial e temporal que determina a apropriação dos meios de comunicação, isto é, a apreensão do sentido possível que os atores sociais dão às práticas sociais e culturais produzidas na relação com os meios de comunicação de massa (RONSINI, 2003, p.42).

A etnografia é “crítica” porque visa entender os processos de negociação (dominação, resistência) da mídia, e não render-se à constatação da passividade ou atividade dos receptores frente aos meios (ou, quando há atividade, celebrá-la como sinônimo de resistência). A escolha da etnografia como método descritivo do cotidiano e da cultura das receptoras idosas, revela-se importante por viabilizar um estudo mais aprofundado, que nos auxilia a “descrever com mais acuidade as trajetórias de vida e visões de mundo, ou, em outras palavras, a reconstituir o cotidiano como é vivido e sentido” (RONSINI, 2004, p.60).

Os resultados obtidos até agora confirmam a noção de classe como um elemento fundamental para as apropriações das representações da velhice realizadas pelas receptoras, em articulação especial com a mediação de gênero. Em seus contextos de vida, as privações resultantes dos poucos recursos financeiros definem as vivências da velhice, principalmente na família. Três delas relatam ter sofrido situações de preconceito, desrespeito e violência, que se somam à opressão de gênero e às suas vivências como idosas.

Na telenovela, as entrevistadas identificam-se em especial com personagens idosas de classe alta, marcadas por uma velhice feliz, realizada e respeitadas na família. A idosa de classe popular com quem porventura poderiam identificar-se, *Valentina* (Daysi Lúdice), não é um modelo ideal a ser seguido: é representada como uma avó inescrupulosa, de caráter torpe, má, que explora a neta. É nas personagens de classe alta que os predicados mais positivos da velhice são codificados.

Parece haver um certo mascaramento das questões de classe em relação à velhice na trama, pois uma vivência positiva dessa etapa da vida, para as personagens, é



desvinculada das possibilidades ou restrições advindas da situação de classe e colocada como uma questão de escolha individual. Essas representações foram endossadas pelas entrevistadas no decorrer da pesquisa.

Elas, apesar das restrições econômicas e de um contexto familiar que muitas vezes proporciona a vivência de uma velhice estigmatizada, acreditam através das personagens ter controle sobre a velhice. Contudo entre a vivência positiva das personagens de classe alta representadas e as vivências próprias das receptoras, há uma diferença abismal.

Ao identificarem-se com essas personagens, parece-nos que as receptoras acentuam a ênfase no poder de ação individual, não percebendo as restrições oriundas de sua posição social. Aqui torna-se interessante retomar a ideia de Souza (2006) sobre o habitus precário, que conscientemente engendra um tipo de personalidade improdutiva e não-aceitável para os padrões sociais, para pensar a recepção da telenovela por mulheres idosas.

Os valores de auto-responsabilidade, plasticidade, orientação para o futuro e disciplina – que compõem a ideologia espontânea do capitalismo - vão na contramão de uma percepção da velhice que circula no meio social, em que é definida pela perda gradual de controle sobre o corpo, das atividades motoras e intelectuais, pela senilidade e pela decrepitude. Na construção social da velhice os indivíduos são impelidos a pensar seu processo de envelhecimento enquanto encargo individual e, portanto, dependente da vontade e da ação de cada um. Através da ênfase do poder de ação individual, as idosas são duplamente desclassificadas: por sua situação de classe, de um lado; e por seu envelhecimento, de outro.

O estudo está em andamento e seus resultados não são definitivos. O que consideramos interessar é o caráter da classe enquanto uma mediação que perpassa as vivências de gênero e o contexto familiar das receptoras, permeando também as leituras que elas realizam da telenovela. Não se trata de colocar a classe como um princípio explicativo único, mas de pensar que classe sim – importa, especialmente se pensada na relação com as demais dimensões da experiência; para além de uma posição estruturalmente dada e articulada ao cotidiano e às esferas sociais mais amplas que dão sentido à interação mídia – receptores.



REFERÊNCIAS

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

JACKS, Nilda. **Querência**: Cultura regional como mediação simbólica. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LOPES, M. I. V.; BORELLI, S. H.; RESENDE, V. R. **Vivendo com a telenovela**: mediações, recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones**. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

_____. Prefácio. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha. **Vivendo com a telenovela**: mediações, recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002

MILIBAND, Ralph. Análisis de Clases. In: Giddens, Turner et al. **La teoría social, hoy**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

MORLEY, David (1996), *Televisión, audiencias y estudios culturales*, Buenos Aires, Amorrortu.

MURDOCK, Graham. **Comunicação contemporânea e questões de classe**. Revista MatriZES, v.2, n. 2, p. 31-55, set. 2009.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico**: o espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1995.

QUADROS, Waldir J. de; ANTUNES, Davi J. N. Classes sociais e distribuição de renda no Brasil dos anos noventa. *Cadernos do CESIT*, n. 30, out. 2001.

RONSINI, Veneza V. Mayora. **Mercadores de sentido**: consumo de mídia e identidades juvenis. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **Entre a capela e a caixa de abelhas**: identidade cultural de gringos e gaúchos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. **A etnografia crítica da recepção**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 24, n. 39, p. 33-50, 1o. sem. 2003.

_____. SILVA, Renata C. da. Apropriações da cultura (sem classe) da mídia. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.31. n. 2, p.55/74, jul./dez 2008.



_____. **A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero** (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). Trabalho apresentado no GT “Recepção, Usos e Consumos Midiáticos” do XIX Encontro da Compós, na PUC- RJ, no Rio de Janeiro, em junho de 2010.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2002.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. In Souza, Jessé (org.), **A invisibilidade da desigualdade brasileira**, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

WOTTRICH, L.; CÓRDOVA, R.; RONSINI, V. V. M. **A Perspectiva das Mediações de Jesús Martín-Barbero no Estudo de Recepção da Telenovela**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Ficção Televisiva”, do XXXII Encontro Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Curitiba/PR em setembro de 2009.